

ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES SUPREMAS DE CONTROLE DA CPLP

(Luanda, 7 e 8 de novembro de 2002)

A reunião foi presidida pelo Juiz-Conselheiro Dr. Julião António, Presidente do Tribunal de Contas de Angola, e contou com a participação do Ministro Humberto Guimarães Souto, Presidente do Tribunal de Contas da União (Brasil), da Juíza-Conselheira Dra. Edelfride Barbosa Almeida, Presidente do Tribunal de Contas de Cabo Verde, do Juiz-Conselheiro Dr. António Luís Pale, Presidente do Tribunal Administrativo de Moçambique, do Juiz-Conselheiro Dr. Alfredo José Sousa, Presidente do Tribunal de Contas de Portugal, e da Juíza-Conselheira Dra. Maria Alice Carvalho, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça de São Tomé e Príncipe.

Foram os seguintes os pontos da reunião: **Item 1 – Atividade da Presidência cessante** – Foi apresentado relatório das atividades da Presidência do Conselheiro Julião António, à frente da Organização das ISC da CPLP e do Tribunal de Contas de Angola, relativo ao período de julho de 2001, ocasião da realização do V Encontro dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa, à data presente. **Item 2 – Apresentação do livro sobre o V Encontro** – O Presidente do Tribunal de Contas de Portugal apresentou à Assembléia publicação editada pelo Centro de Estudos e Formação sobre o V Encontro dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa, realizado nos Açores, em julho de 2001. **Item 3 – Relatório de Atividades da Secretaria-Geral** – Foi apresentado à Assembléia relatório da Secretaria-Geral da Organização acerca das ações desenvolvidas no período de julho de 2001 a outubro de 2002. Em seguida, a Assembléia deliberou apresentar felicitações ao Secretário-Geral, Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, por sua atividade à frente da Secretaria, acompanhadas de votos de plena recuperação de sua saúde. **Item 4 – Relatório do Centro de Estudos e Formação** – Foi apresentado à Assembléia Relatório do Centro de Estudos e Formação relativo ao mesmo período – julho de 2001 a outubro de 2002. **Item 5 – Auditoria realizada às Contas do Secretariado Executivo da CPLP** – O Presidente do Tribunal de Contas de Portugal fez uma síntese do que foi o trabalho de auditoria, realizado pelos Tribunais de Contas de Cabo Verde e de Portugal nas contas do Secretariado-Executivo da CPLP relativas a 2001. Destacou o

Senhor Presidente o bom entrosamento e a coesão da equipe, composta por auditores de ambas as Instituições. Acrescentou ainda haver a então Secretária-Executiva da CPLP, Embaixadora Dulce Pereira, manifestado-se favoravelmente acerca do trabalho. Informou a Senhora Embaixadora que determinara a adoção das recomendações de auditoria no Secretariado e que, por ocasião da Cimeira de Chefes de Estado da CPLP realizada no Brasil em 31 de julho de 2002, dera conhecimento do trabalho realizado aos representantes da Comunidade então reunidos.

Item 6 – Atualização do Glossário de Termos Técnicos: O Tribunal de Contas de Portugal fez uma breve retrospectiva do desenvolvimento do trabalho de revisão e atualização do Glossário, citando as várias fases da revisão feita pelo Grupo de Trabalho instituído pelo Conselho Diretivo para dar cumprimento à decisão do Encontro dos Açores que designou os Tribunais de Angola, Brasil, Cabo Verde e Portugal para a referida ação. O documento resultante do trabalho do Grupo – o Glossário atualizado até a presente data – foi aprovado por unanimidade, passando a ser adotado pelas sete Instituições membros.

Item 7 – Cooperação Técnica a Timor Leste – Foi deliberado que seriam reiterados a Timor Leste os termos da moção de apoio aprovada em maio de 2002 pelo Conselho Diretivo, reafirmando-se, assim, ao Presidente Xanana Gusmão o propósito da Organização de cooperar para a implementação de um sistema de controle externo naquele país.

Item 8 – Reconhecimento da língua portuguesa como idiomal oficial da INTOSAI – A Assembléia aprovou proposta do Conselho Diretivo no sentido de os Tribunais do Brasil e de Portugal, uma vez que são membros do Conselho Diretor da INTOSAI, serem designados para apresentar àquele Conselho sugestão a respeito da inclusão do idioma português como língua oficial da referida Organização. Desse modo, se buscará incluir a questão na pauta da próxima INCOSAI, a ter lugar em 2004.

Item 9 – Finanças da Organização – Foi aprovada proposta do Conselho Diretivo no sentido de que as Instituições da Organização diligenciem junto aos órgãos competentes de seus países para solicitar incluir, em seus respectivos orçamentos, a partir do orçamento de 2004, previsões de pagamentos de cotas anuais de contribuição à Organização. Decidiu-se ainda fixar os seguintes valores para as cotas: de US\$ 5,000.00 (cinco mil dólares) para os Tribunais do Brasil e Portugal, de US\$ 2,000.00 (dois mil dólares) para os Tribunais de Angola, Cabo Verde e Moçambique, e de US\$ 500.00 (quinhentos dólares) para os Tribunais da Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Para a efetivação da recomendação a

Secretaria-Geral da Organização encaminhará a cada Instituição cópia da presente decisão.

Item 10 – Escolha das novas sedes da Secretaria-Geral e do Centro de Estudos e Formação – Foi decidido que a sede da Secretaria-Geral permanecerá no Tribunal de Contas da União, no Brasil, e a sede do Centro de Estudos e Formação, no Tribunal de Contas de Portugal. **Item 11 – Escolha da sede da próxima Assembléia Geral** – Foi decidido que a próxima Assembléia, a realizar-se em 2004, será no Brasil.

Luanda, 8 de novembro de 2002.

Juiz-Conselheiro Dr. JULIÃO ANTÓNIO
Presidente do Tribunal de Contas de Angola

Ministro HUMBERTO SOUTO
Presidente do Tribunal de Contas da União (Brasil)

Juíza-Conselheira Dra. EDELFRIDE BARBOSA ALMEIDA
Presidente do Tribunal de Contas de Cabo Verde

Juiz-Conselheiro Dr. ANTÓNIO LUÍS PALE
Presidente do Tribunal Administrativo de Moçambique

Juiz-Conselheiro Dr. ALFREDO JOSÉ DE SOUSA
Presidente do Tribunal de Contas de Portugal

Juíza-Conselheira Dra. MARIA ALICE CARVALHO
Presidente do Supremo Tribunal de Justiça de São Tomé e Príncipe